
A região amazônica sempre despertou o interesse por sua importância para o bioma e, atualmente, pelo seu desenvolvimento econômico, muitas vezes tido como predatório. Desse modo, a região tem relevância em diversos aspectos, mas especialmente na dualidade vigente em relação ao desenvolvimento sustentável.

Apesar disso, por suas peculiaridades geográfica e humana, a Amazônia não tem sido um manancial de pesquisas científicas, especialmente na sua região noroeste, onde ainda existe um déficit de universidades e de pesquisas acadêmicas.

A partir dessas reflexões foi pensada a criação da Revista Jurídica da Amazônia, de suprir parte da lacuna acadêmica, especificamente aquelas relacionadas à tutela dos direitos fundamentais, cidadania e desenvolvimento sustentável na região amazônica.

Estabelecer redes de intercâmbio da produção científica; ampliar e divulgar o acesso a produções científicas que tenham como plano de fundo a realidade amazônica e proporcionar aos acadêmicos e profissionais da área jurídica acesso gratuito a uma gama de produções científicas de qualidade e específicas, são alguns dos objetivos da presente Revista.

Isso não importa em endogenia, mas em fomentar a pesquisa científica-jurídica para uma região tão ampla em espaço territorial e, mais ainda, em peculiaridades nos diversos biomas e espaços socioambientais existentes.

Nesta primeira edição, têm-se supridos os objetivos da Revista, com artigos discutindo os litígios estruturais ambientais, a regularização fundiária como instrumento de desenvolvimento, o controle judicial dos desmatamentos ilegais, mediação como resolução de conflitos ambientais, passando por abordagem dos direitos à saúde e à educação.

Os temas selecionados detêm relevância para o debate dos direitos fundamentais e do desenvolvimento sustentável em uma perspectiva jurídica que, apesar de voltada para a região amazônica, tem substrato teórico e prático para pesquisas de outros searas, tanto no aspecto territorial quanto em relação às diversas áreas do conhecimento científico.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Editor-chefe